

**TERMO DE REFERÊNCIA**

Conforme a Lei 14.133/21

Pregão Eletrônico SRP nº 012/2026**Processo Administrativo nº 087/2026****Legislação de regência: Lei Nacional 14.133/21 e Decreto Municipal 443/2024****OBJETO:** Contratação de empresa para fornecimento de material de limpeza em geral e descartáveis, em atendimento as demandas da Administração Pública Municipal de Conceição do Jacuípe/BA.**SIGILO:** () SIM (x) NÃO**REGISTRO DE PREÇOS:** (x) SIM () NÃO**UNIDADE (S) REQUISITANTE (S):** PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO JACUIPE – BA**1. DO OBJETO****1.1. NATUREZA**

- (x) Comum
- () Especial
- () Comum de Engenharia
- () Especial de Engenharia
- () Obra
- () Técnico especializado de natureza predominantemente intelectual
- () Especial de Tecnologia da Informação e de Comunicações
- () Locação
- () Artigo (s) de luxo, em hipótese autorizada por regulamento

1.2. QUANTITATIVO

Os quantitativos abaixo descritos se justificam pela demanda das Secretarias e Órgãos que compõem a administração municipal de Conceição do Jacuípe, tendo como referência o contrato anterior aumentado alguns itens de maior consumo e excluindo ou diminuindo outros de menor demanda.

Destaca-se que, na forma do art. 18, § 1º, IV, da Lei 14.133/21, que a quantidade abaixo pormenorizada é estimada, podendo ainda ser revista durante a execução do contrato, nos limites legais, conforme prevê o art. 125 da Lei 14.133/2021.

	Lote I		
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD



1	Água sanitária, de uso doméstico, a base de hipoclorito de sódio, com teor de cloro ativo entre 2,0 a 2,5 produto puro. embalagem plástica de 1000 ml, com tampa lacrada, com furo dosador, caixa com 12 unidades	CX	216
2	Álcool etílico em gel 70% galão de 05 lt	GL	230
3	Álcool etílico hidratado – Álcool com concentração de 70° INPM (70%), translúcido, incolor e sem fragrância; produto de primeira qualidade em galão de 05 lt	UND	190
4	Álcool etílico hidratado – Álcool com concentração de 92,8 INPM (46° GL), translúcido, incolor e sem fragrância; produto de primeira qualidade em embalagem de plástico reforçado contendo 1000 ml, tampa rosqueada de dupla segurança ou flip-top. Cx c/ 12 unds	CX	128
5	Álcool etílico hidratado em gel 70%, para assepsia complementar das mãos, com válvula Pump, Frasco com 500 ml.	UND	230
6	Avental - descartável, frontal, manga longa, punho látex, confeccionado em tnt, fabricado em 100% polipropileno, gramatura 40. Atóxico, cor: branco. Embalagem c/ 10 unidades	PCT	176
7	Avental de segurança em PVC forrado, confeccionado em trevira, vinil, lona e brim, com alças e tiras para suspensão no pescoço e ajuste na cintura soldadas eletronicamente, medidas: 1,20mt x 0,70mt	UND	66
8	Balde com tampa de 60 litros	UND	96
9	Balde de 30 litros	UND	196
10	Balde em pvc com alça com capacidade p/ 10L	UND	196
11	Balde plástico resistente, com alça de alumínio e capacidade para 20 litros.	UND	32
12	Balde sem tampa de 15 litros	UND	84
13	Bandeja de papelão laminado M	UND	260
14	Bobina plástica picotada para 03k	BOB	132
15	Bobinas plásticas picotadas para 05 kg	BOB	132
16	Bobinas plásticas picotadas para 10k	BOB	132
17	Caixa plástica removível 34 litros	UND	14
18	Caixa polietileno 31 x 57 x 77	UND	16
19	Caixa polietileno vazada 50 litros	UND	16
20	Caixa térmica polietileno Espessura 2 mm, 24 LT	UND	40
21	Cera líquida 500ml	UND	132
22	Cesta de lixo sem tampa tamanho médio	UND	132
23	Conjunto Herbicida - Vestimenta Calça e Camisa Descrição: Camisa de segurança com mangas compridas até os punhos; capuz integrado na região da gola, com aba tipo bico de pato, ajuste facial em cordão, abertura frontal em "V" para vestir, com fechamento em velcro, cordão de ajuste na barra. Confeccionada em tecido 75% algodão, 25% poliéster. CA. 10.180 - Calça comprida até aos pés, tipo reta, tecido por baixo. Na cintura, tiras de tecido no cóis para ajustes. CA.29.254	CONJ.	240
24	Desinfetante antisséptico, germicida, bactericida, tipo creolina, embalagem c/ no mínimo 750 ml. Certificação no Inmetro	UND	196
25	Desinfetante Bombona c/5 lt ação germicida /bactericida, jasmim, lavanda, pinho flex, talco ou eucalipto.	BB	326
26	Desinfetante líquido, incolor, constituído de mistura equilibrada de ácido paracético, peróxido de hidrogênio, ácido paracético e veículos estabilizado, desinfetante de alto nível especialmente desenvolvido para ser utilizado em equipamentos de artigos críticos, semicríticos e não críticos, como em superfícies fixas em geral, registro no ministério da saúde embalagem com 1000ml, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade, embalagem: cx c/ 6 und.	CX	440
27	Desodorante Em pedra para uso em vaso sanitário, higienizante, poder bactericida, fragrância agradável, caixa com 01 (um) suporte e 01 (um) refil de 40 g. Acondicionado em Embalagem original do fabricante, com o nome do responsável técnico, e registro no Ministério da Saúde	UND	476



28	Detergente – lava louças líquido pronto para o uso, contendo tensoativo biodegradável, neutro e de boa qualidade. Embalagem plástica resistente tampa bico dosador. Frasco contendo 500 ml. Composição: tensoativos aniônicos, coadjuvantes, sequestrante, derivados de isotiazolinonas, espessante, corante, perfume e água. Prazo de validade de no mínimo 6 meses e data de fabricação não superior a 60 (sessenta) dias, contados retroativamente da data da entrega do produto. cx. c/ 24 und	CX	160
29	Detergente hospitalar para superfícies fixas (tais como cerâmicas, paviflex, paredes, azulejos, etc) a base de quaternário de amônio, sua aplicação é específica em áreas de assistência à saúde. composição: Tensoativo catiônico, Tensoativo aniônico, Tensoativo não-iônico corante, conservante, veículo aquoso e dimetil benzil amônio (quaternário de amônio) – apresentar: ficha técnica e Registro do produto - bombona c/ 5 litros	BB	68
30	Detergente líquido lava louças líquido pronto para o uso, contendo tensoativo biodegradável, neutro e de boa qualidade. Embalagem plástica resistente tampa bico dosador. Frasco contendo. Composição: tensoativos aniônicos, coadjuvantes, sequestrante, derivados de isotiazolinonas, espessante, corante, perfume e água. Prazo de validade de no mínimo 6 meses e data de fabricação não superior a 60 (sessenta) dias, contados retroativamente da data da entrega do produto. - Recipiente de 2 litros cx c/ 6 unidades	CX	126
31	Detergente líquido, neutro, super concentrado, inodoro, com excelente ação desengordurante, para lavagens de utensílios copa e cozinha. Embalagem: bombona com 05 litros,	BB	132
32	Escova de unha tamanho p	UND	52
33	Escova para limpeza de vaso sanitário com cabo plástico simples com suporte, resistente e de fácil limpeza com cerdas flexível com 35cm de altura.	UND	650
34	Escova para roupa, cerdas de nylon, base em plástico resistente, tamanho mínimo de 14Cm.	UND	92
35	Esponja de limpeza- dupla face, 75 mm X 110 mm X 20 mm, espuma de poliuretano e Fibras sintéticas em material abrasivo de qualidade.	PCT	716
36	Esponja de prato c/3	PCT	1300
37	Esponja Lã de Aço, Em carbono abrasivo, para limpeza em geral, produto 100% ecológico, bem. com 8 unidades, pacotes com 14 unidades.	PCT	196
38	Flanelas - Tamanho G - 40x60	UND	1692
39	Inseticida sem cheiro a base de água, composição: cifenotrina-s 0,12% p/p; metoflutrina 0,03% p/p; antioxidante; conservante; emulsificante; espessante; propelente; solvente; água. Para: moscas, mosquitos, baratas e formigas embalagem com 360 ml.	UND	400
40	Isopor 120 litros	UND	52
41	Isopor médio de 15 litros	UND	16
42	Isopor pequeno de 12 litros	UND	16
43	Limpa alumínio de 500ml	UND	456
44	Limpa vidros 500 ml com álcool em sua formula indicado para mais diversos vidros, vitrines, espelhos e acrílicos remove manchas de dedos e marcas deixando sua superfície limpa.	UND	800
45	Limpador instantâneo multiuso para remoção de gordura, poeira, fuligem, risco de lápis e sujeiras em geral, alta performance na limpeza de vidros e espelhos desinfetante 500ml	UND	1450
46	Lixeira com pedal fabricado em PEAD, c/ haste e suporte p/ saco de lixo, dimensões: L-370mm / A-440mm / C- 280mm capacidade p/ 15 litros	UND	196
47	Lixeira com pedal, p/ 30 litros	UND	196
48	Lixeira com roldana de 200mm diametro e pedal em polipropileno de alta resistência, medidas: C-595mm x L-425mm x A-925mm, são indicadas para áreas internas e externas de áreas comerciais, laboratoriais, hospitalares e alimentícias. com tampa com sistema de abertura e fechamento através de pedal, capacidade p/ 100 litros	UND	296
49	Luva emborrachada antiderrapante cano longo tamanho: M	PAR	160
50	Luva emborrachada antiderrapante cano longo, tamanho: P	PAR	160
51	Luvas para limpeza na cor amarela M e G	PAR	2700



52	Macacão de Segurança - Macacão de segurança confeccionada em não tecido do tipo laminado de polietileno, fechamento em zíper e velcro, elástico nos punhos, tornozelo e capuz - vestimenta de proteção química resistente a líquidos pulverizados e Tipo "6" - vestimenta de proteção química com proteção limitada contra líquidos químicos, para a ISO 16602:2007 + permeação a líquidos: 6-Ácido Sulfúrico concentrado, 6-Ácido Sulfúrico 18%, 6-Hidróxido de Sódio 40%; c. Penetração a Líquidos: 3-Ácido Sulfúrico 30%, 3-Hidróxido de Sódio 10%, 3-Butanol, 3-o-Xileno; Repelência a Líquidos: 3-Ácido Sulfúrico 30%, 3- Hidróxido de Sódio 10%, 2-Butanol, 2-o-Xileno, que variam de 0 a 3, sendo 3 o melhor resultado, cor: Amarela - Tamanho: G e GG	UND	246
53	Macacão de segurança confeccionado em não tecido do tipo laminado de polietileno e polipropileno, fechamento em zíper, elástico nos punhos, tornozelos e capuz - EPI aprovado para Tipo "6" - Vestimenta de proteção química com proteção limitada contra líquidos químicos - CA.38.380 para a ISO 16602:2007. II) Desempenhos apresentados: a. Nível "1" no ensaio de resistência ao rasgamento trapezoidal, que varia de 1 a 6, sendo 6 o melhor resultado; b. Penetração a Líquidos: 3-Ácido Sulfúrico 30%, 3-Hidróxido de Sódio 10%, 3-Butanol, 3-o- Xileno; Repelência a Líquidos: 3-Ácido Sulfúrico 30%, 3- Hidróxido de Sódio 10%, 3-Butanol, 3-o-Xileno, que variam de 0 a 3, sendo 3 o melhor resultado, cor Branca - Tamanho: G e GG	UND	246
54	Macacão de segurança, confeccionado em tecido misto sarja 2x1, 60% algodão e 40% poliéster, gramatura mínima de 230 g/m2, na cor azul médio (pantone 19- 4045), resistente à tração e confortável, com tratamento hidrorrepelente e reforço impermeável na perna até o joelho. Proteção contra intempéries no ambiente de trabalho; garantia de total impermeabilidade do produto a pelo menos 45 processos de lavagem. Capuz acoplado com pala frontal (viseira), fechamento/mecanismo de ajuste por velcro resistente; fechamento frontal por zíper resistente, mangas longas e punhos com elástico, cintura meio elástico, dois bolsos embutidos laterais e dois bolsos traseiros chapados na altura dos quadris, fechamento duplo entre pernas e lateral garantindo maior resistência. confeccionados nos tamanhos G e GG, embalagens individualizadas com identificação da empresa e tamanho da vestimenta. Garantia mínima de fabricação de 12 meses.	UND	260
55	Máscara Protetora Facial - Face Shields - Máscara antirrespingos que ajuda a prevenir a transmissão de doenças contagiosas. Feita em policarbonato de $\geq 0,5$ mm de espessura, flexível, resistente a riscos e produtos químicos. Confeccionada em material transparente, leve, articulável, ajustável a circunferência da cabeça, inodoro, atóxico. Produto reutilizável após a desinfecção. Largura do Visor: 240 mm, Altura do Visor: 240 mm, Faixa de Ajuste: 10 mm, Espessura do visor: $\geq 0,5$ mm	UNID	66
56	Mop rotatório com cesto centrifugador - completo com balde de 20 litros.	KIT	90
57	Pá de lixo - com caixa coletora, composição em poliestireno, medidas aproximadas 29 cm x 29cm, cabo anatômico em alumínio, altura ergonômica aproximada 80 cm, com trava e fixação entre o cabo e a base da pá para suportar o transporte e despejo dos detritos.	UND	326
58	Pano de chão grande, para Limpeza Pesada Alvejado 60cm X 90cm	UND	3250
59	Pano de limpeza de alta performa indicado para limpeza de objetos superfícies com tecido com 100% microfibra pct c/5	PCT	260
60	Pano de prato grande de Algodão Alvejado, medindo: 38cmX65cm	UND	3250
61	Panos multiuso bobina 28x240 metros com 600 panos	UND	234
62	Papel Higiênico – Branco, 1ª linha, 100% celulose virgem, comprimento 300 M, largura 10 CM, tipo picotado, folha dupla, cor branca, caixa c/8 rolos de 300mx10cm.	CX	476
63	Papel higiênico folha dupla 100% folhas naturais, fardo com 4 pct com 16 unidades (16X4).	FARDO	3400
64	Papel higiênico, picotado, de 60 metros X 10 cm, branco, 1ª linha, folha simples de Alta qualidade, textura macia, neutro, composto de 100% de fibras celulósicas ou naturais, podendo apresentar fragrância. Fardo com 04 pacotes com 16 Rolos.	FARDO	1950
65	Papel toalha interfolhado 2 dobras, folha dupla, 100% celulose virgem, branco, caixa c/ 2000 fls., formato 23x21cm	CX	2050
66	Papel toalha interfolhado 3 dobras, folha dupla, 100% celulose virgem, fardo c/ 2400 fls, formato 23x23cm	CX	1800
67	Purificador de ar em spray, 400ml	UND	1950
68	Refil mop de algodão com rosca possuindo grande capacidade de retenção e absorção de líquidos. Um filamento interno de poliéster proporcionando resistência adicional á abrasão.	UND	126
69	Rodo com suporte plástico, 2 borrachas medindo 40cm com cabo rosqueável de madeira	UND	306
70	Sabão em barra glicerinado testado por dermatologista alto poder de limpeza 100% biodegradável c/ 05x200g	PCT	130



71	Sabão em pasta 500g ideal para limpeza de pratarias e cromados produzido a partir de derivados vegetais que proporcionam resultados de qualidades,	UND	104
72	Sabão em pó - azul, - Aquil Benzeno Sulfonato de Sódio, tensoativo Anônico, coadjuvantes, corantes, enzimas, branqueador óptico, Essência água, pacote com 1 kg, produto de alta qualidade disposto em Embalagem plástica resistente.	UND	800
73	Sabão em pó - azul, - Aquil Benzeno Sulfonato de Sódio, tensoativo Anônico, Temponantes, coadjuvantes, sinergista, corantes, enzimas, branqueador óptico, Essência água, alvejante e carga, pacote com 24x500 kg	CX	270
74	Sabão em pó, superconcentrado, alcalino com poder emulsionante e desengordurante. é indicado para lavanderias hospitalares, coloração azul, para lavagem de roupas hospitalares que propicie o meio alcalino ideal. Embalagem: saco c/ 20kg	SACO	246
75	Sabão geleia - produto de ação dupla: detergente e alto poder odorizante. Contém tensoativos biodegradáveis. Utilizado na limpeza de pisos, banheiros, latrinas, fossas, mictórios, pátios, cozinhas. Produto concentrado. Muito econômico. Diluição: 1:100. Embalagem em bombona com 5 litros.	BB	950
76	Sabonete líquido cremoso, bactericida, fragrância agradável, superconcentrado com formulação balanceada alta formação de espuma, higienização mãos, perfumes variados, bombona 05 litros,	BB	1450
77	Sabonete líquido em embalagem de 1L em agradável fragrância, emolientes e umectantes, sem agredir a pele eliminando germes e bactérias com PH neutro.	UND	1600
78	Saco Plástico preto p/Lixo 100lts. Reforçado, medindo: 73x83x0,06, com 6 micras de espessura, (pct. c/100unds.)	PCT	1300
79	Saco Plástico preto p/Lixo 200lts.Reforçado, medindo: 90x100x0,06, com 6 micras de espessura, (pct. c/100unds.)	PCT	780
80	Saco Plástico preto p/Lixo 300lts. Reforçado, medindo: 95x110x0,06, com 6 micras de espessura, (pct. c/100unds.)	PCT	520
81	Saco Plástico preto p/Lixo 60lts. Reforçado, medindo: 57x70x0,06, com 6 micras de espessura, (pct. c/100unds.)	PCT	1040
82	Tapete de Borracha 5,5mm - Terracota Produto Anti-derrapante, Ergonômico, Acústico, Permeável e Atóxico.	UND	164
83	Tapete Sanitizante 38x58 - Antiderrapante, Ergonômico, Acústico, Permeável e Atóxico.	UND	196
84	Toalha de papel p/ mãos c/2 rolos	PCT	910
85	Vassoura de pelo com cerdas plumadas 98 tufos, que permite a varrição de grandes áreas com muito mais facilidades garantindo a melhor captura das sujeiras, dimensão da base 25x4cm	UND	390
86	Vassoura de piaçava de produto natural biodegradável, madeira de reflorestamento, base c/ 30cm c/ 36 furos.	UND	652
87	Vassoura mop refil com cabo de alumínio	UND	196

1.3. PRAZO DO CONTRATO

O contrato administrativo decorrente da presente licitação terá duração de um ano, podendo ser prorrogado na forma do art. 107, da Lei 14.133/21.

1.4. POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

O contrato oriundo da presente licitação, poderá ser prorrogado, observada a maior vantagem econômica, disponibilidade de créditos orçamentários e a opção de extinguir o contrato, sem ônus, na forma do art. 107, da Lei 14.133/21.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO



2.1. O Estudo Técnico Preliminar (ETP), documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução, concluiu pela viabilidade da presente contratação.

2.2. Nele, se estabeleceu que a necessidade da Administração em adquirir materiais de limpeza e descartáveis é melhor suprida pela solução de realização de pregão eletrônico por menor preço, para contratação de empresa fornecedora de material de limpeza e descartáveis para executar o objeto apresentado pela Prefeitura na forma de regime de empreitada, com avaliação de menor preço.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Para atendimento da necessidade identificada, foram analisadas possíveis soluções disponíveis no mercado para aquisição de materiais de limpeza e descartáveis.

Entre as alternativas consideradas, destacam-se:

- a) Aquisição por meio de contratação direta, mediante dispensas sucessivas conforme a necessidade;
- b) Realização de licitação com contratação para fornecimento integral e entrega única dos quantitativos estimados;
- c) Realização de licitação por meio de Pregão Eletrônico, sob o Sistema de Registro de Preços, com fornecimento parcelado conforme demanda.

A contratação por meio de dispensas sucessivas não se mostra adequada, pois poderia caracterizar fracionamento indevido de despesa, além de reduzir a competitividade e comprometer a obtenção de preços mais vantajosos.

A aquisição integral com entrega única também não se apresenta como solução eficiente, considerando a natureza de consumo contínuo e variável dos materiais, o que poderia gerar excesso de estoque, risco de vencimento de produtos, dificuldades de armazenamento e imobilização desnecessária de recursos financeiros.

Diante disso, a solução mais adequada é a realização de Pregão Eletrônico, sob o Sistema de Registro de Preços, com fornecimento parcelado. Essa alternativa permite maior competitividade, transparência e economicidade, além de possibilitar aquisições conforme a necessidade real da Administração, garantindo melhor gestão de estoque, controle orçamentário e continuidade dos serviços públicos.

Assim, conclui-se que a solução escolhida é a que melhor atende aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público, mostrando-se técnica e administrativamente mais vantajosa para o Município de Conceição do Jacuípe/BA.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os fornecedores participantes deverão atender as exigências do art. 62 e seguintes, da lei 14.133/2021, relacionados a habilitação, conforme segue:

4.1.1. A **Habilitação Jurídica** será comprovada mediante a apresentação de:

- a) Cédula de identidade do empresário ou de todos os sócios;
- b) registro comercial, no caso de empresa individual;



c) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, juntamente com todas as eventuais alterações, ou se for o caso a alteração social consolidada devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

d) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado das alterações, se houver, devidamente registrados ou a consolidação respectiva e de prova de diretoria em exercício;

OBSERVAÇÕES:

- Em caso de alteração parcial dos documentos acima identificados, esta deverá ser apresentada juntamente com o ato constitutivo, estatuto ou contrato social;
- Em caso de alteração consolidada será suficiente sua apresentação, desde que registrada e contendo todas as cláusulas legalmente exigidas;
- Em caso de alteração parcial registrada após alteração consolidada, ambas deverão ser apresentadas pelo licitante;

4.1.2. A Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista será comprovada mediante a apresentação dos seguintes Documentos:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- e) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- f) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho.
- g) o cumprimento do disposto no [inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal](#).

Para as **microempresas e empresas de pequeno porte** aplicar-se-ão as disposições constantes dos [arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).

4.1.3. A Qualificação Econômica Financeira será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demonstrações contábeis dos 2(dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa.

a.1) cumprirão a exigência do subitem anterior, limitando-se ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

a.2) Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

- I. Publicados em Diário Oficial ou;
- II. Publicados em jornal de grande circulação ou;
- III. Registrados na Junta Comercial da sede/domicílio do licitante ou;
- IV. Por cópia do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, na forma da IN nº 65 do Departamento Nacional do Registro do Comércio - DNRC, de 1º de agosto de 1997, art. 6º, acompanhada obrigatoriamente dos Termos de Abertura e de Encerramento. V. Sistema Público de Escrituração Digital – Sped-Contábil (Decreto Federal nº 6.022/2007); nos termos do art. 2º da Instrução Normativa RFB



nº 787/2007, devendo apresentar referidos documentos, devidamente assinados, na forma do § 5º do art. 10 da Instrução Normativa DNRC nº 107/2008.

b) Os índices econômicos deverão estar assinados por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

c) A boa situação financeira do licitante, será aferida pela observância, dos índices apurados pela fórmula abaixo, cujo cálculo deverá ser demonstrado em documento próprio, devidamente assinado por contabilista habilitado.

ILG – ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL $\geq 1,00$

$$\text{ILG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

ILC – ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE $\geq 1,00$

$$\text{ILC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

GEG – GRAU DE INDIVIDAMENTO $\leq 0,50$

$$\text{GEG} = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}{\text{Ativo Total}}$$

c.1) A empresa que apresentar resultado igual ou menor do que 01 (um) em quaisquer dos índices acima referidos deverá comprovar patrimônio líquido de 10% do valor estimado da contratação, como dado objetivo de qualificação econômico-financeira.

d) certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data de expedição ou revalidação dos últimos 30 (trinta) dias anteriores à data da realização da licitação, caso o documento não consigne prazo de validade.

4.1.4. A **Qualificação Técnica** será comprovada através da apresentação dos seguintes documentos:

a) certidões ou atestados, que demonstrem capacidade operacional no fornecimento de produtos equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios.

5. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O objeto do contrato será executado de acordo com a necessidade do contratante, devendo ser entregue os produtos no município de Conceição de Jacuípe, conforme endereço fornecido pela secretaria demandante.

5.2. Definição dos servidores devidamente capacitados que farão parte da equipe de fiscalização do fornecimento.

5.3. Acompanhamento do fornecimento dos produtos solicitados, quantidades e qualidade.



5.4. O início da execução contratual se dará após a assinatura do contrato, quando será emitida autorização de fornecimento pela Contratante, para que sejam entregues os produtos objeto deste termo.

5.3. Executar as seguintes ações mitigadoras ao impacto ambiental:

- elaboração e execução do plano de geração de resíduos sólidos;
- aquisição de produtos de empresas licenciadas ambientalmente;
- aquisição de itens com maior biodegradabilidade;
- Logística reversa.

6. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. As partes contratuais deverão observar fielmente o pacto firmado, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/21 e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial nos termos da lei e do instrumento contratual.
- 6.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.4. A execução do contrato será fiscalizada por agente público designado pela autoridade competente nos termos da regulamentação municipal e do art. 117, *caput*, da Lei 14.133/21
- 6.5. Além de fiscal, será também designado gestor do contrato nos termos da regulamentação municipal e art. 8º, § 3º da Lei 14.133/21.
- 6.6. Comete infração administrativa nos termos do art. 155 da Lei Nacional nº 14.133/21, a Contratada que:
 - 6.6.1.dá causa à inexecução parcial do contrato;
 - 6.6.2.dá causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 6.6.3.dá causa à inexecução total do contrato;
 - 6.6.4.deixa de entregar a documentação exigida;
 - 6.6.5.não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - 6.6.6.não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 6.6.7.ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
 - 6.6.8.apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - 6.6.9.fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - 6.6.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 6.6.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - 6.6.12. praticar um dos atos lesivos previstos no art. 5º da Lei nº 12.846/13.



- 6.7. Serão aplicadas ao (s) responsável (s) pelas infrações administrativas previstas no item 6.6 as seguintes sanções:
- 6.7.1.advertência;
 - 6.7.2.multa;
 - 6.7.3.impedimento de licitar e contratar;
 - 6.7.4.declaração de inidoneidade para licitar ou contratar
- 6.8. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 6.8.1.a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 6.8.2.as peculiaridades do caso concreto;
 - 6.8.3.as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 6.8.4.declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;
 - 6.8.5.os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 6.8.6. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 6.9. Pela inexecução parcial do objeto contratual, a Administração poderá aplicar, isoladamente, à CONTRATADA a pena de advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos termos do § 2º do art. 156 da Lei 14.133/21.
- 6.10. A sanção de multa, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 6.1 deste Termo de Referência, nos termos do § 3º do art. 156 da Lei 14.133/21.
- 6.11. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens 6.6.2; 6.6.3; 6.6.4; 6.6.5; 6.6.6; 6.6.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e o impedirá de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta deste Município, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 6.12. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens 6.6.8; 6.6.9; 6.6.10; 6.6.11 e 6.6.12, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos 6.6.2; 6.6.3; 6.6.4; 6.6.5; 6.6.6; 6.6.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 6.7.3 deste Termo de Referência, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 6.13. A aplicação das sanções previstas no item 6.7 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral de eventual dano causado à Administração Pública.
- 6.14. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se exigida, ou será cobrada judicialmente.
- 6.14.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 6.15. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.



- 6.16. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar requererá a instauração de processo de responsabilização, nos termos do art. 158 e seguintes da Lei nº 14.133/21, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 6.17. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 6.18. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Termo de Referência.
- 6.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133/21 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 6.20. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 6.21. Os atos previstos como infrações administrativas neste Termo de Referência, na Lei nº 14.133/21 ou em regulamentos da Administração Pública deste Município que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.
- 6.22. Compete ao gestor do contrato administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, em especial:
- I - analisar a documentação que antecede o pagamento;
 - II - analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;
 - III - analisar eventuais alterações contratuais, após consultado o fiscal do contrato;
 - IV - analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;
 - V - acompanhar o desenvolvimento da execução, através de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;
 - VI – decidir, provisoriamente, pela suspensão da entrega de bens e/ou pela realização de serviços;
 - VII - efetuar a digitalização e o armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas da contratada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
 - VIII - inserir os dados referentes aos contratos administrativos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
 - IX - realizar outras atividades compatíveis com a função.



6.23. Compete ao fiscal do contrato acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos produtos, em especial:

- I - esclarecer, prontamente, as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;
- II - expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, as ocorrências e fazer as determinações e comunicações necessárias ao perfeito fornecimento dos produtos;
- III - adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da entrega de bens, à realização de serviços ou à execução de obras;
- IV - conferir e certificar as faturas relativas às aquisições, serviços ou obras;
- V - exigir o uso correto dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e coletivos de segurança do trabalho;
- VI - determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos fornecimentos;
- VII - receber designação e manter contato com o preposto da contratada e, se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;
- VIII - solicitar parecer técnico nos pedidos de alterações contratuais;
- IX - requerer, das empresas, testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos;
- X - realizar, na forma do art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;
- XI - propor, à autoridade competente, a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;

7. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

- 7.1. O pagamento será realizado, de acordo com o fornecimento, no prazo de até 30 (trinta) dias, do mês subsequente, contados da certificação da nota fiscal.
- 7.2. A Contratada deverá apresentar a Nota Fiscal/Fatura mensalmente, contabilizando os fornecimentos realizados no período.
- 7.3. Em caso de irregularidade ou imperfeição na emissão da nota fiscal, o prazo para pagamento será contado a partir da sua reapresentação, desde que devidamente regularizada.
- 7.4. Dos pagamentos devidos serão retidos na fonte, os valores correspondentes aos tributos previstos na legislação vigente.

8. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 8.1. O fornecedor dos serviços será selecionado mediante procedimento de licitação pública, que assegura igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabelecem obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de habilitação expostas na lei.



- 8.2. A licitação pública será regida pelos dispositivos da Lei Nacional 14.133/21 e regulamentação municipal pertinente.
- 8.3. A modalidade adotada será pregão eletrônico.
- 8.4. O critério de julgamento adotado será o de menor preço global.
- 8.5. Será designado a agente pública LORENA PEDREIRA ROCHA, nº de matrícula 826, como Pregoeira do certame.
- 8.6. A disputa será realizada em meio eletrônico, na plataforma eletrônica www.licitanet.com.br, com data e horário a serem definidos pelo Edital.
- 8.7. O modo de disputa será misto (fechado e aberto, nesta ordem).
- 8.8. O Edital será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas, no site: www.licitanet.com.br e sítio oficial da Prefeitura e seu resumo no Diário Oficial do Município.

9. DAS ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. Conforme estabelece o artigo 23, § 1, da lei 14.133/2021, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido, de acordo com os parâmetros expostos nos incisos I a V, adotados de forma combinada ou não, para isso, lançou-se mãos de vários mecanismos objetivando chegar ao preço mais próximo da realidade local, para tanto, publicamos um pedido de cotação no site do município, mas nenhuma empresa manifestou interesse em fornecer o orçamento; no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), não foram encontrados todos os itens componentes do processo, o mesmo se deu com a pesquisa na base de notas fiscais eletrônicas, como faz prova os documentos apensados ao processo, inviabilizando esses procedimentos.

Nesse sentido, conforme prevê, o inciso II, do citado artigo, foi utilizado os contratos, já apensados ao processo, feitos pela administração para aquisições similares a do objeto, com prazo inferior a um ano da realização da pesquisa, atualizado pelo IPCA (Índice nacional de preços ao consumidor amplo), por ser considerado o índice oficial do Brasil, que mede a variação dos preços de produtos e serviços consumidos por famílias brasileiras com renda de 1 a 40 salários mínimos, representando o custo de vida médio. Ressalta-se aqui, que estes contratos foram aditivados o prazo, em comum acordo com os fornecedores e o fornecimento se efetuou até o final de 2025, sem atualizações ou reajuste.

Assim, o valor contratado por lote, atualizando os itens com o percentual de 4,44%, referente ao acumulado do INPC para 12(doze) meses, ficou com o valor de R\$ 1.886.838,12, tendo como base os valores do lote I do contrato nº 05/2025.

10. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. Conforme dispõe o art. 17, do decreto nº 11.462/2023, a indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

11. DA PREVISÃO DO OBJETO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

14.1. O Município de Conceição do Jacuípe – BA não possui Plano de Contratações previsto para o ano de 2026, conforme consta no Decreto Municipal 443/2023, de 28 de dezembro



de 2023, que regulamenta a Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, não há previsão de obrigatoriedade do Plano de Contratação Anual (PCA); consoante a dicção do seu art. 24, *caput*, bem como a do art. 12, VII da Lei Nacional 14.133/21, que aponta a sua faculdade para municípios e estados.

Conceição do Jacuípe, Bahia, 13 de abril de 2026.

SECRETARIA MUNICIPAL ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Natalia Silva de Oliveira